IBGE

Estudos e Pesquisas • Informação Demográfica e Socioeconômica • n.56



Sistema de Informações e Indicadores Culturais 2013-2024

SIIC

ISBN 978-85-240-4692-6
© IBGE, 2025

O Sistema de Informações e Indicadores Culturais - SIIC[1], com período de referência 2013-2024, chega à sua sétima edição. Inclui estatísticas de cultura, que são instrumentos para compreender essa dimensão relevante da vida das pessoas, relacionada ao entretenimento, ao lazer, à socialização e, finalmente, à economia. A cultura é um setor gerador de renda e emprego.

O projeto foi iniciado em 2004 com uma parceria entre o IBGE e o Ministério da Cultura. Cabe destacar que, inicialmente concebido como uma ferramenta com vistas a uma conta-satélite de cultura, o SIIC serve atualmente ao propósito de retratar o setor, ser instrumento para elaboração de políticas públicas, subsidiar decisões de investimento públicas e privadas, estudos acadêmicos etc. Trata-se de um compilado de informações relevantes para diversos fins.

Busca-se trazer na análise tanto uma abordagem para entender a evolução estrutural do setor, num horizonte de 10 anos, quanto em anos recentes de forma a acompanhar os efeitos da pandemia de COVID-19, que impactou fortemente o setor cultural em 2020 e 2021, com posterior recuperação.

Além de atualizar e aprofundar temas (como turismo e uma nova abordagem para despesas públicas), a atual edição inova ao explorar o comércio exterior de bens e serviços culturais; dados sobre os Microempreendedores Individuais - MEI no setor cultural; e, com dados do Censo Demográfico 2022, traz informação relativa à ocupação no setor cultural e à formação superior relacionada à cultura.

No portal do IBGE na Internet, além de informações históricas e detalhes metodológicos, consta um plano tabular detalhado, com desagregações por recortes diversos, regionais e por grupos populacionais. Há tabelas e cartogramas desagregados por Unidades da Federação e Municípios, destinados a usuários e usuárias que queiram se aprofundar nos temas. Apresentamos então um retrato da cultura, primeiramente a partir de estatísticas sobre as empresas.

[1] Por decisão editorial, a partir da edição lançada em 2021, a publicação passou a ser divulgada em duas partes: a primeira corresponde a este informativo, que destaca os principais resultados do estudo/pesquisa, e a segunda é constituída por Notas técnicas, entre outros elementos textuais, apresentando considerações de natureza metodológica sobre o estudo/pesquisa. Outras informações sobre Sistema de Informações e Indicadores Culturais, encontram-se estão disponíveis no portal do IBGE na Internet no endereço: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/cultura-recreacao-e-esporte/9388-indicadores-culturais.html..

Setor cultural
CEMPRE 2022

6,8% das empresas
4,2% dos ocupados
9,5% dos MEI

Gastos públicos
STN 2023

45,2% Bens e serviços
27,1% Remunerações
22,0% Outros gastos (inclui auxílios)
5,7% Investimentos e outras classificações

Mercado de trabalho
PNAD Contínua 2024

Publicidade
43,4% de mulheres
49,0% na informalidade

Telecomunicações
33,7% de mulheres
16,0% na informalidade

Confecção, sob medida, de artigos do vestuário
93,9% de mulheres
74,2% na informalidade

Acesso à Internet
PNAD Contínua 2024

Dos usuários de Internet...
88,5% Assistiram vídeos
83,5% Ouviram músicas, rádio, *podcasts*
68,8% Leram jornais, notícias
30,3% Jogaram

Turismo cultural
PNAD Contínua 2024

Viagens de cultura e gastronomia
18,0% Viagem internacional
40,7% Viagem entre Unidades da Federação
41,2% Viagem para a mesma Unidade da Federação

Viagens de natureza, ecoturismo e aventura
3,6% Viagem internacional
40,9% Viagem entre Unidades da Federação
55,5% Viagem para a mesma Unidade da Federação

Comércio exterior
MDIC e Bacen 2024

Balança comercial de bens culturais
16,3% Exportação
83,7% Importação

Exportações e importações de serviços audiovisuais
50,1% Exportação
49,9% Importação

Censo Demográfico 2022

Pessoas de 25+ com curso de graduação relacionado à cultura
25,4% Ocupadas no setor cultural
74,6% Ocupadas fora do setor cultural

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas e Diretoria de Geociências.

SIIC 2013-2024

Atividades formalmente constituídas

A análise com o Cadastro Central de Empresas - Cempre do IBGE contempla informações relativas a entidades empresariais, órgãos da administração pública e entidades sem fins lucrativos formalmente constituídas[2], que, daqui para frente, serão descritas como organizações, salvo quando especificado de outra forma. Em 2022, houve mudanças legislativas e na captação no eSocial, impossibilitando comparações históricas.

A análise se debruça sobre o número de organizações, pessoal ocupado, total e assalariado, salário médio mensal e massa salarial. O estudo também traz, exclusivamente para as entidades empresariais, a dinâmica demográfica dessas entidades, bem como se analisam estatísticas relativas às empresas de alto crescimento e às empresas gazelas[3]. Além desses temas, são explorados, pela primeira vez neste Sistema, os MEI[4].

Principais indicadores do setor cultural, em comparação com o total do Cempre

Variáveis	Setor cultural	Participação da cultura no Cempre (%)
Empresas e outras organizações	644 050	6,8
Pessoal ocupado total	2 636 691	4,2
Pessoal ocupado assalariado	1 742 650	3,5
Salários e outras remunerações (R$ bi)	102,8	4,5
Salário médio mensal (R$) (1)	4 658,22	-

Fonte: IBGE, Cadastro Central de Empresas 2022.

(1) O salário médio mensal corresponde à razão entre o total de salários e outras remunerações do ano de referência e o número médio de pessoas assalariadas em atividade no ano, dividida por 13 meses.

Em 2022, 644,1 mil organizações atuavam nas atividades culturais, as quais ocupavam 2,6 milhões de pessoas em 31 de dezembro, sendo 66,1% assalariadas (1,7 milhão), com um total de salários pagos no ano de R$ 102,8 bilhões, resultando em um salário médio mensal de R$ 4 658 (42,6% acima da média do Cempre). As organizações culturais corresponderam a 6,8% do total que constituía o universo do Cempre e, em termos de pessoal ocupado, 4,2%..

A análise segundo os domínios culturais mostra que a maioria das organizações fazem parte das atividades culturais centrais, enquanto as atividades culturais periféricas ocupavam a maioria dos assalariados em 2022. Atividades centrais apresentaram 67,0% das empresas e 48,1% dos assalariados, e as atividades periféricas representaram 33,0% e 51,9% do total, respectivamente.

Em termos de pessoal assalariado, as atividades que mais concentram assalariados estavam em Mídias audiovisuais e interativas, domínio que concentrou 31,4% dos assalariados nas atividades centrais. Estas também foram responsáveis pelos maiores salários médios nas atividades centrais, R$ 4 987. Os menores salários foram pagos pelas empresas em Educação e capacitação (R$ 2 029).

Em 2022, a distribuição entre homens e mulheres no total dos domínios culturais foi bastante semelhante ao total do Cempre: mulheres assalariadas ocupando 44,0% no setor cultural e 45,3% no Cempre. Porém, segundo as atividades, as três em que as mulheres mais predominaram foram Educação e capacitação (68,3%), Artes visuais e artesanato (65,3%) e Livro e imprensa (53,9%). Já os homens estiveram mais presentes nas atividades de Equipamentos e materiais de apoio (61,8%), Mídias audiovisuais e interativas (61,4%) e Apresentações artísticas e celebrações (59,0%). Vale ressaltar que as atividades predominantemente masculinas tinham remunerações médias maiores que as femininas, seguindo padrões tradicionais da segregação por gênero no mercado de trabalho.

Quanto à escolaridade, a heterogeneidade entre as atividades é ainda maior. Enquanto apenas 9,0% dos assalariados em Artes visuais e artesanato e 9,6% dos assalariados em Esportes e recreação tinham nível superior, em Patrimônio natural e cultural (41,9%) e em Equipamentos e material de apoio (39,1%) os percentuais dessa escolaridade eram consideravelmente maiores.

A Região Sudeste mostrou em 2022 uma maior concentração de assalariados no setor cultural, 56,6%. Já a Região Sul ocupava 18,2% dos assalariados e a Região Nordeste, 13,1%. Destaque para os Estado de São Paulo, que concentrava 37,6% dos assalariados do País, para o Rio de Janeiro (9,1%) e para Minas Gerais (8,6%).

O estudo também aponta, em linha com o que acontece com a totalidade do Cempre, que em 2022, 46,7% do pessoal ocupado assalariado do setor cultural estava nas capitais. Dentre os Municípios com 150 mil habitantes ou mais, destacam-se três com maior participação do pessoal ocupado assalariado em 2022 do setor cultural no total do Cempre: Barueri (São Paulo) (11,3%), Hortolândia (São Paulo) (9,2%) e Limeira (São Paulo) (8,1%).

Tanto para a demografia das empresas, quanto para as estatísticas de empreendedorismo, foi possível construir uma série histórica a partir de 2017. Em 2022, a taxa de nascimento das empresas do setor cultural foi 15,5%, a maior desde 2017. Analisando os domínios culturais, percebe-se que as atividades com maiores taxas de nascimento em 2022 foram *Design* e serviços criativos (24,6%) e Patrimônio natural e cultural (22,7%). Já as menores foram observadas em Educação e capacitação (11,4%) e Livro e imprensa (11,6%).

Dada a mudança metodológica nas estatísticas do Cempre, a análise das mortes faz referência ao ano de 2020. Nesse ano, a taxa de mortalidade das empresas do setor cultural foi 6,9%. As maio-

[2] São consideradas formalmente constituídas as pessoas jurídicas inscritas no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.

[3] As empresas de alto crescimento são aquelas com crescimento médio do pessoal ocupado assalariado maior que 20% ao ano, por um período de três anos. As empresas de alto crescimento com até cinco anos de idade no ano de referência são denominadas empresas gazelas.

[4] Em virtude de a maior parte dos MEI serem desobrigados de preenchimento dos registros administrativos do Ministério do Trabalho e Emprego, eles não fazem das estatísticas do Cempre, formando um cadastro específico.

res taxas foram observadas em *Design* e serviços criativos (11,2%) e Apresentações artísticas e celebrações (9,8%). Já as menores foram observadas em Livro e imprensa (5,7%) e Educação e capacitação (5,9%). Quanto à sobrevivência, no quinto ano de vida (considerando as empresas nascidas em 2017), apenas 36,8% sobreviveram em 2022. No Cempre essa taxa alcançou 37,3%.

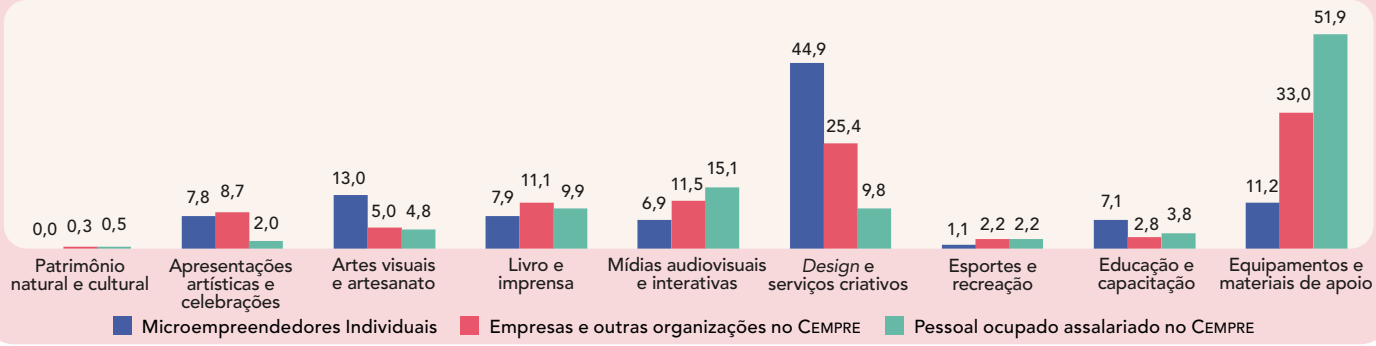
Por fim, um indicador importante e frequentemente relacionado ao empreendedorismo é o de empresas de alto crescimento[5]. Através da série, nota-se que o setor cultural ganhou representatividade no total das empresas de alto crescimento no País e apresentou, em 2022, 3 966 empresas de alto crescimento, o que engloba 5,7% das empresas de alto crescimento do Cempre e um aumento, em relação a 2017, quando a proporção era 5,3%.

Como dito, pela primeira vez, o SIIC traz uma análise dos MEI que atuam no setor cultural, em que se encontravam 9,5% do total de MEI em 2022 com base nos Cadastros de Microempreendedores Individuais[6]. Os MEI podem ser interpretados como um caminho para a formalização no trabalho pois implicam o pagamento de uma contribuição mensal e, mediante esse pagamento, o acesso a direitos como aposentadoria, licença-maternidade e auxílio-doença. Observa-se em relação aos MEI, quando analisados pelos domínios do setor cultural, estrutura bastante diversa daquela do Cempre, com altas participações para *Design* e serviços criativos (44,9%) e Artes visuais e artesanato (13,0%). Em termos regionais, também em 2022, os MEI se mostraram um pouco menos concentrados em relação ao que foi visto no Cempre. São Paulo, maior Unidade da Federação nos Cadastros de Microempreendedores Individuais, representava 29,4% dos MEI, 36,0% das unidades locais e 37,6% dos assalariados.

Em 2022, em média, as mulheres foram um pouco menos representativas no micro empreendedorismo, sendo 45,6% do total de MEI no setor cultural, se comparadas com o total dos Cadastros de Microempreendedores Individuais, em que as mulheres responderam por 46,4%. Tal como no Cempre, as mulheres possuíram participação maior que a masculina nas atividades Livro e imprensa (56,4%), Artes visuais e artesanato (55,6%), Educação e capacitação (52,2%). Em Esportes e recreação (50,2%), as mulheres eram praticamente a metade.

Em relação à nacionalidade, observa-se que apenas 0,7% dos MEI que atuavam no setor cultural em 2022 eram estrangeiros, patamar semelhante ao total dos Cadastros de Microempreendedores Individuais (0,6%). Em números absolutos, os domínios que apresentaram maior presença de MEI estrangeiros foram Educação e capacitação (2 312), *Design* e serviços criativos (2 163), e Artes visuais e artesanato (1 686). Do total de 14,6 milhões de MEI em 2022, 4,1 milhões estavam presentes no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico, ou seja, 28,4%. Desses, 284,5 mil atuavam no setor cultural, sendo que pouco mais da metade se concentravam na atividade *Design* e serviços criativos (143,6 mil).

Participação dos Microempreendedores Individuais e das empresas e outras organizações e pessoal ocupado assalariado no Cempre, nas atividades do setor cultural (%)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Cadastros e Classificações, Cadastro Central de Empresas 2022.

Pesquisas estruturais em empresas

As pesquisas econômicas estruturais do IBGE (Pesquisa Industrial Anual - Empresa - PIA-Empresa, Pesquisa Anual de Comércio - PAC e Pesquisa Anual de Serviços - PAS) permitem avançar na análise do peso das atividades culturais, por meio da interpretação dos dados econômico-financeiros das empresas brasileiras. É importante destacar que a abrangência dessas pesquisas é mais restrita que a do Cempre, tanto no recorte setorial (atividades específicas) quanto no perfil das empresas contempladas (ativas e enquadradas como entidades empresariais).

Os dados consolidados das pesquisas referentes ao ano de 2023 indicam que 311,7 mil empresas integravam o setor cultural, empregando cerca de 2,0 milhões de profissionais. Essas organizações registraram uma receita líquida de R$ 910,6 bilhões e destinaram R$ 115,9 bilhões a salários, retiradas e outras remunerações. Ademais,

[5] Empresa com crescimento médio do pessoal ocupado assalariado de pelo menos 20% ao ano, por um período de três anos. Para efeito do presente estudo, são consideradas as empresas com 10 ou mais pessoas assalariadas no ano inicial de observação.

[6] Para informações mais detalhadas sobre os Cadastros de Microempreendedores Individuais, consultar as **Notas Técnicas**.

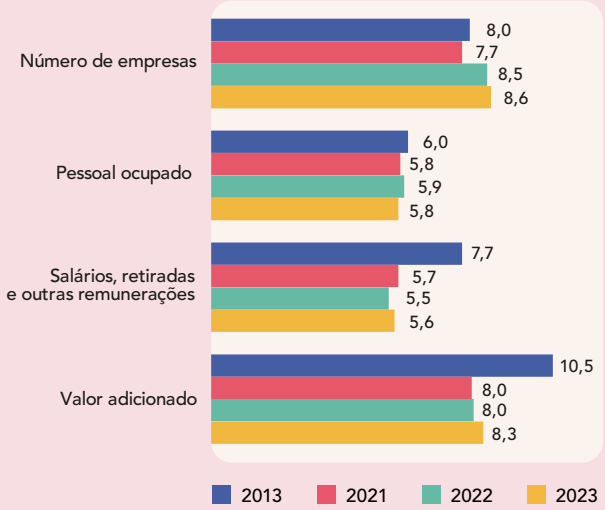
as atividades culturais contribuíram com um valor adicionado[7] de R$ 387,9 bilhões para a economia nacional.

Os dados apresentados indicam variações ao longo dos anos: as 311,7 mil empresas corresponderam a 8,6% do universo analisado, representando um acréscimo de 0,6 ponto percentual (p.p.) em relação a 2013. No entanto, durante o mesmo período, observou-se uma redução na participação do setor cultural em receita líquida, que recuou de 7,7% para 5,6% do faturamento total[8] da economia. Esse comportamento também se refletiu no valor adicionado, cuja parcela diminuiu de 10,5% para 8,3% sobre o total.

Apesar da queda do valor adicionado na comparação dos últimos 10 anos, no curto prazo, houve relativa estabilidade nos últimos três anos, com tendência de crescimento no último. A representatividade do setor cultural cresceu 0,3 p.p. na comparação com 2021 e 2022.

Na avaliação econômica e estrutural do setor cultural, conforme exposto pelo SIIC, é possível segmentar suas atividades em domínios centrais, que incluem: Apresentações artísticas e celebrações; Artes visuais e artesanato; Livro e imprensa; Mídias audiovisuais e interativas; *Design* e serviços criativos; Esportes e recreação, além de Educação e capacitação. Atividades culturais periféricas abarcam Equipamentos e materiais de apoio. Em 2023, embora as atividades do domínio central concentrassem 66,5% das empresas no setor cultural, a distribuição da força de trabalho mostrou-se inferior, com 50,4% do pessoal ocupado atuando nesses domínios. No que se refere à receita líquida e ao valor adicionado, as atividades culturais periféricas demonstraram maior relevância, com participações de 65,6% e 64,3%, respectivamente. Tal resultado deve-se, principalmente, ao impacto das atividades Telecomunicações por fio, sem fio e por satélite; e Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador, as quais, em 2023, representaram 17,5% e 14,4% da receita líquida do setor cultural, bem como 22,5% e 21,7% do valor adicionado, respectivamente.

Participação das atividades do setor cultural no total de atividades cobertas pelas pesquisas estruturais do IBGE (%)



Fonte: IBGE, Pesquisa Industrial Anual - Empresa 2013/2023, Pesquisa Anual do Comércio 2013/2023 e Pesquisa Anual dos Serviços 2013/2023.

Nota: Consideram-se os resultados apurados para a indústria de transformação, o comércio e os serviços não financeiros selecionados.

Ao se detalhar o valor adicionado, é possível realizar uma análise no âmbito dos domínios. A redução de representatividade do valor adicionado do setor cultural frente ao do total das atividades industriais, comerciais e de serviços entre 2013 e 2023 é verificada tanto nos domínios centrais (redução de 1,0 p.p.) quanto no periférico (redução de 1,1 p.p.). Nos domínios centrais, na comparação de curto prazo, frente a 2022, houve um incremento de 0,3 p.p., enquanto no periférico essa recuperação foi de 0,1 p.p. Sob outro enfoque, analisando a participação dos domínios no total do valor adicionado do setor cultural, o domínio periférico ampliou sua representatividade de 61,9% para 64,3% entre 2013 e 2023. Em contrapartida, os domínios centrais registraram perda de participação, especialmente em Mídias audiovisuais e interativas (-1,9 p.p.) e Livros e Imprensa (-1,7 p.p.), enquanto *Design* e serviços criativos apresentou incremento de 0,8 p.p.

No domínio central, a redução das Mídias audiovisuais e interativas é explicada pela perda de representatividade principalmente das Operadoras de televisão por assinatura, cuja participação caiu de 4,2% em 2013 para 0,4% em 2023, e das Atividades de televisão aberta, que caiu de 5,1% para 2,9%. Em Livro e imprensa, a atividade de Edição e edição integrada à impressão reduziu sua participação de 3,9% para 2,1% no mesmo período.

No sentido contrário, Portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet foi a atividade com maior ganho de representação dentro do domínio cultural central, com 3,7% do valor adicionado do setor cultural em 2023, um aumento de 3,1 p.p. nos 10 anos, evidenciando as transformações estruturais decorrentes de novos modelos de negócio e hábitos de consumo, como o fortalecimento das plataformas de *streaming* sobre as TVs por assinatura. No domínio *Design* e serviços criativos, a atividade Agências e atividades de publicidade evoluiu da segunda para a primeira colocação entre as atividades do domínio central, com aumento de participação de 4,7% para 5,9% do valor adicionado do setor cultural entre 2013 e 2023.

No domínio periférico, destaca-se a redução da atividade Telecomunicações por fio, sem fio e por satélite, que apesar de ter retraído 4,4 p.p. do total do valor adicionado do setor cultural de 2013 a 2023, mas ainda se mantendo como a atividade mais relevante (22,5%). Por outro lado, atividades como Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador e Tratamento de dados, hospedagem na internet e outros serviços relacionados ganharam relevância, com crescimento de 8,2 p.p. e 1,0 p.p., respectivamente, reforçando as mudanças estruturais dos hábitos de consumo da população brasileira.

[7] O valor adicionado é uma medida do quanto foi acrescentado pela empresa na economia durante aquele ano, porém não se iguala ao Produto Interno Bruto - PIB, já que não considera variáveis e tratamentos necessários para a consolidação desse indicador.

[8] O total geral remete ao somatório das atividades (culturais e não culturais) das indústrias de transformação proveniente da PIA-Empresa, comerciais cobertas na PAC e de serviços selecionados na PAS.

Principais variações em participação do valor adicionado do setor cultural

	2013	2023	Variação (p.p.)
Portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na Internet	0,6%	3,7%	↑ 3,1
Outras atividades de telecomunicações	3,5%	4,9%	↑ 1,4
Agências e atividades de publicidade	4,7%	5,9%	↑ 1,2
Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador	13,5%	21,7%	↑ 8,2
Tratamento de dados, hospedagem na internet e outros serviços relacionados	4,6%	5,6%	↑ 1,0
Operadoras de televisão por assinatura	4,2%	0,4%	↓ 3,8
Atividades de televisão aberta	5,1%	2,9%	↓ 2,2
Edição e edição integrada à impressão	3,9%	2,1%	↓ 1,8
Telecomunicações por fio, sem fio e por satélite	26,9%	22,5%	↓ 4,4

● Domínios centrais ● Domínios periféricos

Fonte: IBGE, Pesquisa Industrial Anual - Empresa 2013/2023, Pesquisa Anual de Comércio 2013/2023 e Pesquisa Anual de Serviços 2013/2023.

Ocupação no setor cultural (formal e informal)

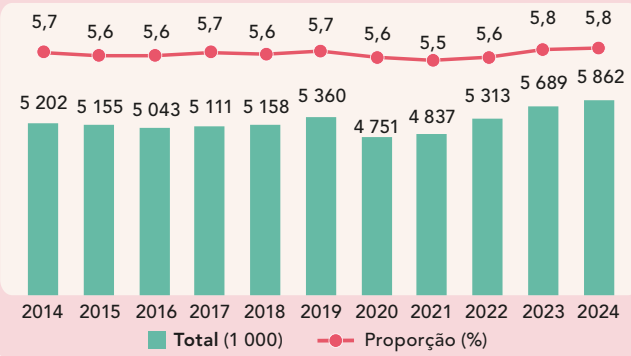
A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua[9] acompanha a evolução da força de trabalho no País, associada a características demográficas e educacionais gerais. Com ela, é possível obter informações sobre pessoas na informalidade[10], que não são captadas no CEMPRE ou nas pesquisas estruturais em empresas. Também, diferentemente das análises anteriores, que definiram cultura exclusivamente a partir de atividades econômicas, aqui o setor cultural inclui pessoas com ocupações e/ou atividades culturais.

Em termos absolutos, em 2024, o setor cultural contou com um total de 5,9 milhões de ocupados, o maior valor da série iniciada em 2014, acompanhando o dinamismo do mercado de trabalho como um todo. Em termos relativos, mantém a proporção de 5,8% observada em 2023, também representando os maiores valores da série.

Entre as Unidades da Federação, no ano de 2024, São Paulo (7,6%), Rio de Janeiro (7,0%) e Ceará (7,0%) apresentaram a maior proporção de pessoas trabalhando no setor cultural. Por outro lado, Acre (2,7%), Amapá (2,8%) e Rondônia (2,0%) apresentaram as menores taxas. Entre os Municípios das Capitais, despontaram em 2024: Florianópolis (Santa Catarina) (10,7%), São Paulo (São Paulo) (10,1%) e Manaus (Amazonas) (9,4%).

Ao detalhar o setor por características das pessoas ocupadas, tem-se que, de 2014 a 2024, os trabalhadores do setor cultural apresentaram um nível de instrução mais elevado que o observado entre os ocupados no mercado de trabalho em geral. Em 2024, para a totalidade dos trabalhadores, 23,4% tinham nível superior completo, enquanto no setor cultural, 30,1% dos trabalhadores o tinham.

Ocupados no setor cultural



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2014-2024.
Nota: Dados consolidados de primeiras visitas nos períodos 2014-2019 e 2023-2024 e de quintas visitas em 2020-2022.

Ao mesmo tempo que o setor cultural apresentava um perfil com mais escolaridade, há maior informalidade na cultura (44,6% em 2024) do que no total dos ocupados (40,6%). Por Unidades da Federação, os maiores percentuais de informalidade no setor cultural foram medidos em Roraima (76,9%), Pará (74,1%) e Tocantins (71,5%), enquanto os menores, em Santa Catarina (30,0%), Rio Grande do Sul (32,6%) e Paraná (33,2%).

[9] A PNAD Contínua permite produzir indicadores trimestrais ou anuais. Para tal, os domicílios selecionados são entrevistados por cinco trimestres consecutivos. Nesta publicação, utilizamos dados consolidados anualmente e reponderados com os novos fatores de expansão publicados a partir de 30 de julho de 2025. Para informações mais detalhadas, consultar IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: notas técnicas. Versão 1.9. Rio de Janeiro, 2025. 131 p. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?edicao=44064&t=notas-tecnicas . Acesso em: nov. 2025. Em especial, consultar: IBGE. [Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua]. Atualização das estimativas populacionais para cálculo dos pesos da PNAD Contínua e reponderação da série histórica em 2025. Rio de Janeiro, 31 jul. 2025. 11 p. Nota técnica 02/2025. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/17270-pnad-continua.html?edicao=27138&t=notas-tecnicas . Acesso em: nov. 2025.

[10] As publicações do IBGE utilizam duas variáveis *proxy* de informalidade, uma baseada na contribuição do trabalhador para previdência e a outra no registro do negócio no CNPJ. Nessa publicação, será utilizada a não contribuição para a previdência como um fator determinante para classificação na informalidade.

SIIC 2013-2024

Sob a ótica de posição na ocupação, o trabalhador por conta própria é a principal categoria de ocupados no setor cultural. Em 2024, o percentual desse grupo foi de 43,0%, seguido dos empregados do setor privado com carteira de trabalho assinada (34,4%) e sem carteira de trabalho assinada (14,3%). Na população ocupada como um todo, nesse mesmo ano, os conta próprias eram 25,2%, enquanto os empregados do setor privado com carteira de trabalho assinada foram 37,4%, e os empregados do setor privado sem carteira de trabalho assinada, 12,3%.

O rendimento médio real habitual do trabalho principal da população de 14 anos ou mais de idade, ocupada em atividades culturais, foi estimado em R$ 3 266 mensais, em 2024 e R$ 3 331 em 2023, mostrando uma retração de 2,0% levando em conta a inflação. Ao mesmo tempo, entre 2023 e 2024, o rendimento do trabalho principal como um todo cresceu 3,5%, chegando a R$ 3 108 em 2024. Essa movimentação levou a que a diferença entre cultura e o total da economia passasse de 11,0% em favor da cultura para 5,1% nos dois últimos anos. Em termos regionais, o rendimento no setor cultural mostrou movimentos diversos entre 2023 e 2024: as Regiões Norte (-9,1%), Sudeste (-4,7%) e Centro-Oeste (-2,2%) tiveram retração, enquanto Nordeste (11,4%) e Sul (11,2%) viram o rendimento crescer. No setor cultural em 2024, mulheres receberam R$ 2 560 e homens, R$ 3 898, uma diferença de cerca de 34%. Essa desigualdade foi maior do que entre todos ocupados, com mulheres recebendo cerca de 22% a menos.

Uma parcela pequena da população tem mais de um trabalho, ou seja, tem pelo menos um trabalho principal e um secundário (3,7 milhões de pessoas em 2024 ou 3,7% do total). Como dito acima, em 2024, 5,8% dos ocupados no trabalho principal estava no setor cultural. Já quando se estuda o trabalho secundário, a proporção do setor cultural foi superior, 9,9% (369 mil pessoas).

Na presente edição do SIIC, exploramos pela primeira vez as principais atividades e ocupações[11] dentro do setor cultural. As classes de atividades com mais ocupados em 2024 foram Publicidade, Telecomunicações e Confecção, sob medida, de artigos do vestuário. Publicidade ganha importância desde o início da série, passando de sétima posição em 2014 para a primeira posição em 2024. As principais atividades também mostram perfil de informalidade e de gênero variados. Maiores níveis de informalidade em 2024 foram encontrados em Fabricação de artefatos têxteis, exceto vestuário (80,8%), Fabricação de produtos de madeira, cortiça e material trançado, exceto móveis (78,2%), Confecção, sob medida, de artigos do vestuário (74,2%). As mulheres eram grande parte das trabalhadoras em atividades relacionadas a vestuário e moda e menos presentes em Fabricação de móveis (8,4%), Atividades artísticas, criativas e de espetáculos (29,0%), Impressão e reprodução de gravações (29,5%) e em Telecomunicações (33,7%), a segunda atividade com mais ocupados.

Ranking das 15 principais classes de atividade do setor cultural em ocupação, com indicação da proporção de mulheres e de informalidade

Classes de atividade	_Ranking_			Proporção em 2024 (%)		
	2014	Média 2014-2023	2024	Em relação ao total	De mulheres	Na informalidade
Publicidade	7	5	1	8,3	43,4	49,0
Telecomunicações	1	1	2	7,6	33,7	16,0
Confecção, sob medida, de artigos do vestuário	10	3	3	6,2	93,9	74,2
Atividades artísticas, criativas e de espetáculos	5	6	4	5,6	29,0	62,1
Fabricação de móveis	2	4	5	5,6	8,4	51,3
Outras atividades profissionais, científicas e técnicas não especificadas anteriormente	9	8	6	4,9	48,1	49,5
Impressão e reprodução de gravações	4	6	7	4,3	29,5	30,5
Comércio de equipamentos e produtos de tecnologias de informação e comunicação	6	9	8	4,1	38,5	32,1
Comércio de artigos de escritório e de papelaria; livros, jornais e outras publicações	8	10	9	3,5	58,3	33,2
Fabricação de artefatos têxteis, exceto vestuário	14	8	10	3,3	82,0	80,8
Confecção de artigos do vestuário e acessórios, exceto sob medida	3	7	11	3,2	82,3	61,7
Serviços de arquitetura e engenharia e atividades técnicas relacionadas; Testes e análises técnicas	2	13	12	3,1	51,1	42,7
Outras atividades de ensino	16	12	13	2,9	53,8	49,3
Fabricação de calçados e partes para calçados, de qualquer material	11	14	14	2,8	52,0	34,4
Fabricação de produtos de madeira, cortiça e material trançado, exceto móveis	19	17	15	1,8	40,3	78,2

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2014/2024.

[11] Nas atuais pesquisas domiciliares do IBGE, as ocupações são classificadas pela Classificação de Ocupações para Pesquisas Domiciliares - COD e as atividades, pela Classificação Nacional de Atividades Econômicas Domiciliar - CNAE-Domiciliar, versão 2.0. Para informações mais detalhadas sobre as estruturas da COD e da CNAE-Domiciliar 2.0, consultar o endereço: https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Trimestral/Microdados/Documentacao .

Ranking das 15 principais famílias ocupacionais do setor cultural, com indicação da proporção de mulheres e de informalidade

Classes de atividade	_Ranking_			Proporção em 2024 (%)		
	2014	Média 2014-2023	2024	Em relação ao total	De mulheres	Na informalidade
Alfaiates, modistas, chapeleiros e peleteiros	1	1	1	8,1	90,6	67,6
Marceneiros e afins	2	2	2	6,4	6,8	53,4
Profissionais da publicidade e da comercialização	6	4	3	6,4	52,1	33,7
Artesãos de tecidos, couros e materiais semelhantes	7	4	4	3,8	76,1	79,9
Jornalistas	16	10	5	3,6	56,1	44,4
Arquitetos de edificações	12	9	6	3,4	61,2	39,1
Balconistas e vendedores de lojas	4	6	7	3,3	60,3	34,8
Sapateiros e afins	3	9	8	3,3	46,7	38,0
Desenhistas gráficos e de multimídia	19	13	9	3,2	32,8	47,9
Organizadores de conferências e eventos	5	7	10	3,0	48,9	42,6
Técnicos de radiodifusão e gravação audiovisual	21	20	11	2,4	9,5	45,6
Comerciantes de lojas	17	16	12	2,3	38,3	39,1
Costureiros, bordadeiros e afins	13	10	13	2,2	94,5	73,6
Músicos, cantores e compositores	8	12	14	2,1	8,4	75,4
Fotógrafos	9	10	15	2,0	47,4	50,9

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2014/2024.

Entre as principais ocupações, Alfaiates, modistas, chapeleiros e peleteiros, assim como Marceneiros e afins estiveram nas primeiras posições em todos os anos desde 2014. Já Profissionais da publicidade e comercialização; Jornalistas; Arquitetos de edificações, Desenhistas gráficos e de multimídia; e Técnicos de radiodifusão e gravação audiovisual ganham posições em 2024. Como visto para atividades, as mulheres se concentravam em ocupações ligadas ao vestuário e à moda, com baixa participação entre Marceneiros e afins (6,8%); Técnicos de radiodifusão e gravação audiovisual (9,5%); e Músicos, cantores e compositores (8,4%) em 2024. Essa última ocupação tinha 75,4% na informalidade. Alta informalidade também foi vista em Artesãos de tecidos, couros e materiais semelhantes (79,9%); e Costureiros, bordadeiros e afins (73,6%).

A PNAD Contínua, além de divulgar dados referentes ao mercado de trabalho no nível de Unidades da Federação, Regiões Metropolitanas e Municípios da Capital, oferece também a desagregação em estratos geográficos dentro da rubrica de estatísticas experimentais. Estas unidades espaciais, que somam 146 para todo o País, são subdivisões dos territórios estaduais que permitem constatar as diferenças que os dados apresentam em termos de distribuição espacial com mais nível de detalhe.

Para os dados referentes às ocupações no setor cultural, que, por serem uma fração do total dos ocupados, apresentam estimativas com precisão inferior à aceitável em alguns estratos com limitações amostrais, considerou-se como solução agregá-los a estratos vizinhos com características semelhantes de rede urbana e ocupação territorial. Assim, os dados referentes às pessoas ocupadas no setor cultural puderam ser desagregados em 124 estratos, sendo 19 destes produtos da fusão de dois ou mais estratos, a fim de tornar os resultados mais precisos e representativos.

Ao analisar os dados de 2024 do percentual do setor cultural em relação ao total de ocupações, no nível dos estratos geográficos, notam-se comportamentos espaciais distintos. Em grande parte dos Estados, o estrato onde se encontra a capital apresentou percentual de ocupados no setor cultural muito superior aos demais estratos do Estado. Como exemplos, destacaram-se os Estados do Amazonas (com o setor cultural de Manaus respondendo por 9,4% de ocupados, enquanto a agregação dos demais estratos amazonenses contava apenas com 3,1%); do Piauí (Teresina com 6,3% e o restante dos estratos com percentual inferior a 2,5%); Mato Grosso do Sul (Campo Grande com 7,0% e demais estratos geográficos com menos de 3,5%); e Estado do Tocantins (Palmas com 6,8% e outros estratos com menos 3,5% de pessoas ocupadas no setor cultural).

Outro padrão notável são os Estados em que os estratos próximos da capital, e não somente a capital, também apresentam percentual de ocupações mais elevado, denotando extravasamento por proximidade territorial. Este padrão foi observado, em 2024, nos Estados de Santa Catarina (Florianópolis com 10,7% de ocupados e o Entorno e Colar Metropolitanos com 7,8%); Ceará (com o Entorno Metropolitano – 10,1% – com percentual maior do que Fortaleza, 7,9%); Pernambuco (Recife com 7,8%, entorno metropolitano com 5,1% e demais estratos inferiores a 4,0%); Espírito Santo (Vitória com 7,9%, entorno com 4,3% e demais estratos inferiores a 3,5%); e, de maneira a ultrapassar os limites territoriais da Unidade da Federação, o estrato Integrada de Brasília em Goiás, que envolve o Distrito Federal, apresentou alto percentual de ocupados (6,6%), superior até mesmo ao de Brasília (5,9%).

Por fim, notam-se também os Estados em que há pouca variação no percentual de ocupados no setor cultural entre os estratos geográficos (como no Maranhão), um bolsão nos estratos centrais da Paraíba e Rio Grande do Norte (com respectivamente 6,1% e 6,0% de ocupados) e no sudoeste do Mato Grosso, cujo percentual de ocupados no setor cultural (7,6%) foi superior ao da capital Cuiabá (5,0%).

Índice de Preços da Cultura - IPCult

O Índice de Preços da Cultura - IPCult é um indicador aproximado para medir o custo de vida relacionado à cultura. Ele reflete o comportamento, ao longo do tempo, dos preços de uma cesta fixa de bens e serviços predominantemente utilizados para fins culturais. A série do IPCult baseia-se nas variações do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA cuja estrutura vigente desde janeiro de 2020 deriva da Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF 2017-2018, do IBGE.

A cesta do IPCult no Brasil é composta por 30 subitens culturais reunidos em seis grupos. Na sequência são apresentadas tanto as variações de preço quanto a composição do IPCult (pesos dos grupos que o integram) no período 2020-2024. Ademais, na presente edição do SIIC, é destacado o recorte regional utilizado no âmbito do IPCA: Regiões Metropolitanas de Belém, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Vitória, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Porto Alegre; e os Municípios das Capitais: Rio Branco, São Luís, Aracaju, Campo Grande, Goiânia, além do Distrito Federal.

Na cesta nacional, o IPCult respondia por 9,1% do IPCA em 2020, diminuindo ano a ano até chegar a 7,9% em 2024, o que traduz a diferença na evolução das variações dos subitens que compõem cada um desses índices. Em outras palavras, os subitens da cesta do IPCult tiveram, em média, variações menores que os subitens do IPCA que não fazem parte do IPCult. Desponta que o IPCA foi influenciado por incrementos na casa de dois dígitos para preços de alguns grupos, como alimentação e transporte[12].

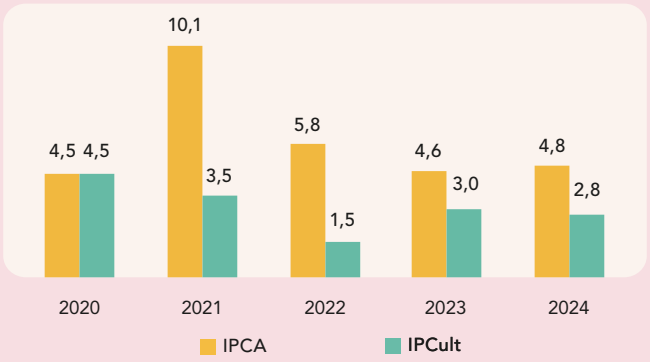
A evolução das variações acumuladas no ano do IPCA e do IPCult para o Brasil mostra que, entre 2020 e 2024, o IPCult registrou resultados inferiores ao IPCA à exceção do primeiro ano da série, quando empatou em 4,5%. Em média[13], entre 2020 e 2024, a variação no ano do IPCult foi de 3,1% contra 5,9% do IPCA. A diferença entre os dois índices mostrou-se mais aguda em 2021 (6,6 p.p.) e 2022 (4,3 p.p.), com menores diferenças em 2023 e 2024.

Regionalmente, observou-se maior variação de preços do IPCult entre 2020 e 2024 nas Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte (Minas Gerais), com 3,8%; São Paulo (São Paulo), com 3,5%; e Porto Alegre (Rio Grande do Sul), com 3,2%. Os menores crescimentos estiveram no Município de São Luís (Maranhão), com 2,1%, e seguiram empatados, com 2,3%, os Municípios de Rio Branco (Acre); Campo Grande (Mato Grosso do Sul); além da Região Metropolitana de Belém (Pará).

As maiores variações anuais médias de preços entre 2020 e 2024 foram observadas nos subgrupos Jornais, revistas e assinaturas (10,4%) e Acessórios pessoais (9,2%). Preços para Despesas pessoais com produtos e serviços culturais cresceram 5,5% em média, mostrando-se próximos da média do IPCA no período (5,9%). A menores variações foram vistas nos subgrupos Serviços de telefonia, TV por assinatura e Internet (1,8%) e Artigos de residência (2,1%).

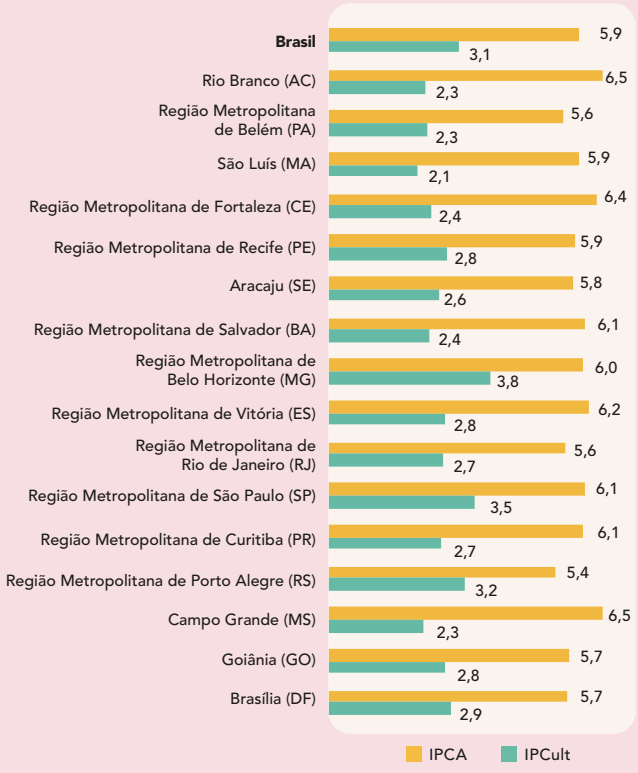
No interior do IPCult, a evolução de pesos proporcionais no mês de julho de cada ano entre 2020 e 2024 revela maior contribuição do subgrupo Serviços de telefonia, TV por assinatura e internet, com decréscimo da importância no período (de 59,6% em 2020 para 56,9% em 2024). O segundo grupo mais importante, Despesas pessoais com produtos e serviços culturais, teve crescimento no período (de 16,2% em 2020 para 18,3% em 2024). Produtos e atividades de ensino, o terceiro grupo, também ganha importância (de 10,6% em 2020 para 11,5% em 2024).

Evolução das variações acumuladas no ano do IPCA e do IPCult (%)



Fonte: IBGE, Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 2020-2024.

Variações médias acumuladas no ano do IPCA e do IPCult (%)
2020-2024



Fonte: IBGE, Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 2020-2024.

[12] Para informações mais detalhadas sobre o tema, consultar os endereços: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/busca-avancada.html?produto=9256 e https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/snipc.

[13] Cálculo a partir da média geométrica.

Acesso à Internet e à televisão e posse de telefone celular para uso pessoal

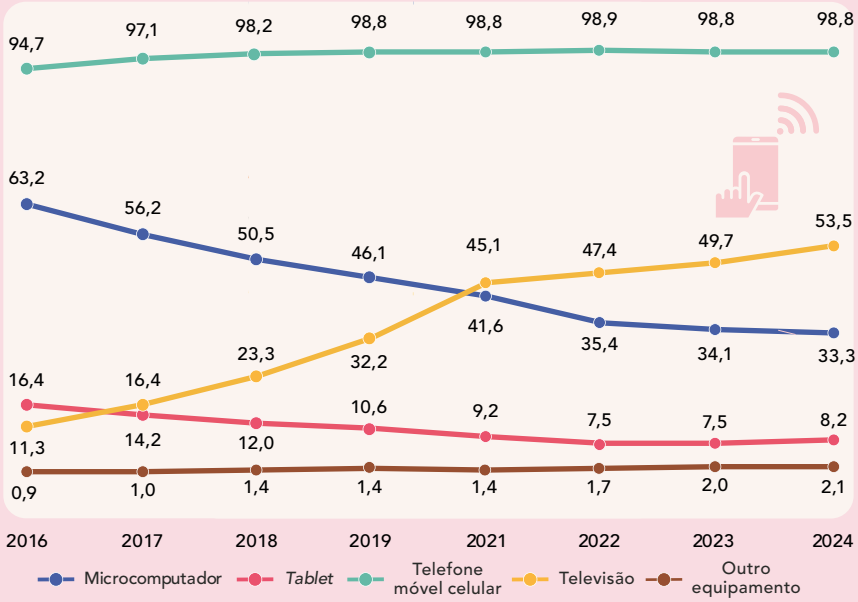
Atualmente, o consumo de serviços e produtos culturais está muito relacionado ao acesso e utilização de novas tecnologias, com destaque para Internet, por meio do telefone celular (*smartphones*). Para analisar esse aspecto do potencial de acesso e fruição cultural, a PNAD Contínua apresenta um módulo de Tecnologia da Comunicação e da Informação - TIC, desde 2016, que investiga alguns aspectos relevantes sobre o acesso a tecnologias sob a ótica de domicílios e da população de 10 anos ou mais de idade[14]. Em 2022, novas finalidades de uso foram introduzidas na investigação de TIC, como acesso a redes sociais e utilização de serviços de *streaming*.

Em 2024, a população de 10 anos ou mais de idade chegou a 185,1 milhões de pessoas, sendo que 88,9% possuíam um telefone celular para uso pessoal, com crescimento contínuo e crescente ano a ano e representando um aumento de 11,5 p.p. em relação a 2016 (77,4%). Esse percentual em 2024 foi maior para as mulheres (90,2%) em relaçãoaos homens (87,5%). Também foi mais elevado entre as pessoas de cor ou raça branca (91,1%) em comparação com preta ou parda (87,3%). Destacam-se, ainda, o grupo etário de 30 a 59 anos de idade (94,9%) e as pessoas com ensino superior completo (99,1%).

Quanto ao acesso à Internet, em 2024, 89,2% ou 165,1 milhões de pessoas acessaram pelo menos uma vez nos três meses anteriores à entrevista. Esse percentual também aumentou, anualmente, desde o início da série na PNAD Contínua, em 2016, quando foi de 66,0% ou 115,1 milhões de pessoas. Em toda a série de dados, foi justamente o telefone celular o equipamento mais utilizado pelas pessoas de 10 anos ou mais de idade que utilizaram Internet em 2024 (98,8%). Em segundo lugar, ficou televisão, com 53,5%, tendo forte crescimento em anos recentes. Microcomputador e *tablet* perderam importância desde o início das medições, enquanto outros equipamentos além dos listados cresceram no período.

Sob a ótica sociodemográfica, a utilização da Internet, em 2024, foi mais frequente em alguns grupos de pessoas: brancas (90,1%); nas faixas etárias de 15 a 29 anos (95,9%) e de 30 a 59 anos (93,6%); com ensino médio completo ou superior incompleto (96,0%) ou ensino superior completo (97,3%).

Pessoas que utilizaram a Internet, na população de 10 anos ou mais de idade, por equipamento (%)



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016/2024.

Analisando a utilização da Internet por Unidades da Federação, o Distrito Federal (95,9%), Goiás (94,0%) e Rondônia (93,2%) apresentaram as taxas mais elevadas no ano de 2024. Já as menores taxas foram encontradas no Acre (82,0%), Maranhão (84,0%) e Amazonas (85,4%).

Dentre as finalidades de acesso à Internet investigadas em 2024, algumas estão mais próximas da definição central de cultura: assistir a vídeos, inclusive programas, séries e filmes, concernindo 88,5% das pessoas de 10 anos ou mais; ouvir músicas, rádio ou *podcast*, com 83,5%; ler jornais, notícias, livros ou revistas pela Internet, com 68,8%; e jogar (pelo videogame, celular, computador etc.), com 30,3%.

Assistir a vídeos, inclusive programas, séries e filmes e Ouvir músicas, rádio ou *podcast* foram as finalidades mais homogêneas entre os grupos populacionais estudados, com menor penetração entre a população de 60 anos ou mais de idade: 71,3% e 62,2%, respectivamente, acessaram a Internet com essas finalidades. Todas as finalidades de acesso tiveram maior penetração na população de jovens de 15 a 29 anos em 2024 em comparação aos demais grupos, com exceção de jogar (pelo videogame, celular, computador etc.), que concerniu 47,3% dos jovens e um percentual maior entre as pessoas de 10 a 14 anos (71,8%). Essa finalidade foi também maior para homens (37,0%) em comparação com mulheres (24,1%). Ler jornais, notícias, livros ou revistas pela Internet mostrou diferenças marcadas por sexo e cor ou raça, com as mulheres pretas ou pardas (65,5%) apresentando 7,8 p.p. abaixo de homens brancos (73,3%), o grupo com mais acesso. Essa finalidade também mostrou forte diferença entre pessoas sem instrução ou fundamental incompleto (49,2%) e ensino superior completo (88,6%).

A partir da série de dados iniciada em 2016, percebe-se como a população está alterando o meio de utilizar a Internet. O aparelho de televisão, que há muito tempo é um meio de acesso à cultura muito difundido na população, está passando por uma evolução

[14] Devido a restrições da pandemia de COVID-19, o questionário da PNAD Contínua que investiga as TIC não foi aplicado no ano de 2020.

tecnológica e ocupando cada vez mais espaço para o acesso aos conteúdos pela Internet, por meio de serviços de *streaming*, embora ainda haja desigualdades regionais e por grupos populacionais quanto a esse tipo de acesso. Há um aumento em anos recentes na proporção de domicílios com televisão de tela fina. Eram 65,3% dos domicílios em 2016 e 90,5% em 2024. Nesse período, decresce o número de domicílios com acesso a serviço de televisão por assinatura, de 33,2% em 2016 para 24,5% em 2024. O acesso a serviço pago de *streaming* de vídeo começou a ser investigado em 2022, com 10,9% dos domicílios, chegando a 11,4% em 2024. Mulheres brancas (13,9%) e homens brancos (13,5%) eram moradores de domicílios com *streaming* em maior proporção do que mulheres pretas ou pardas (9,8%) e homens pretos ou pardos (9,5%). Esse serviço também esteve mais presente em domicílios das Regiões Sudeste (12,9%), Sul (14,2%) e Centro-Oeste (13,0%) em comparação com as Regiões Norte (9,8%) e Nordeste (7,6%).

Pessoas de 10 anos ou mais de idade que utilizaram a Internet,por finalidade do acesso, segundo as características selecionadas (%)

Características selecionadas	Finalidade de acesso (%)			
	Assistir a vídeos, inclusive programas, séries e filmes	Ouvir músicas, rádio ou *podcast*	Ler jornais, notícias, livros ou revistas pela Internet	Jogar (pelo videogame, celular, computador etc.)
Total	**88,5**	**83,5**	**68,8**	**30,3**
Sexo				
Homens	89,0	83,7	69,2	37,0
Mulheres	88,0	83,3	68,5	24,1
Cor ou raça (1)				
Branca	89,0	84,1	72,8	31,5
Preta	88,6	84,4	67,9	29,7
Parda	87,9	82,7	65,3	29,3
Preta ou parda	88,0	83,0	65,8	29,3
Sexo e cor ou raça (1)				
Homens brancos	89,5	84,3	73,3	38,2
Homens pretos ou pardos	88,6	83,2	66,2	36,0
Mulheres brancas	88,5	83,9	72,4	25,3
Mulheres pretas ou pardas	87,6	82,9	65,5	23,1
Grupos de idade				
10 a 14 anos	92,8	82,4	49,0	71,8
15 a 29 anos	95,1	82,4	73,6	47,3
30 a 59 anos	89,2	85,0	73,2	20,9
60 anos ou mais	71,3	62,2	55,3	9,3
Nível de instrução				
Sem instrução ou fundamental incompleto	80,3	71,6	49,2	30,1
Ensino fundamental completo ou médio incompleto	88,7	84,6	65,2	35,1
Ensino médio completo ou superior incompleto	91,6	88,1	76,0	29,9
Ensino superior completo	94,6	91,9	88,6	26,9

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2024.

(1) Não são apresentados resultados para amarelos, indígenas e pessoas sem declaração de cor ou raça.

Turismo de lazer, cultura e natureza

O Módulo de Turismo, inserido na PNAD Contínua, teve como objetivo quantificar os fluxos de turistas nacionais entre as diferentes regiões do País e para o exterior. Foram apurados gastos e características das viagens realizadas que, associados a outras variáveis presentes na pesquisa, permitem uma avaliação sobre a demanda turística doméstica. Cada domicílio selecionado para responder a pesquisa pôde relatar no máximo cinco viagens e, dentre estas, três foram investigadas em todas as suas características (as três nas quais ocorreram os maiores gastos), o que significa que os indicadores se referem a, no máximo, três viagens por domicílio.

Esse módulo foi investigado até o momento na PNAD Contínua em 2019, 2020, 2021, 2023 e 2024, através de um convênio entre o IBGE e o Ministério do Turismo. A cobertura temporal mudou entre 2019 e os anos seguintes, o que torna difícil a comparação, em decorrência de possíveis efeitos de sazonalidade[15]. Em razão também da situação atípica da pandemia de COVID-19, que impactou fortemente o setor de turismo, utilizaremos aqui apenas dados a partir de 2021, com ênfase nas informações mais recentes.

Pelas características do SIIC e escolhas quanto ao recorte cultural, com base no arcabouço da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization - Unesco), são analisadas as viagens de lazer do tipo cultura e gastronomia, e do tipo natureza, ecoturismo ou aventura, essas últimas relacionadas ao patrimônio natural[16]. Foram contabilizadas, em 2024, 1,7 milhão de viagens para cultura e gastronomia e 1,5 milhão de viagens para natureza, ecoturismo ou aventura. A soma delas representou cerca de 46% das viagens de lazer contabilizadas (7,0 milhões). Em 2023, foram 6,8 milhões de viagens de lazer, 1,5 milhão de cultura e gastronomia e 1,5 milhão de natureza, ecoturismo ou aventura. Houve aumento do número de viagens de lazer em 2023 e 2024 em comparação com 2021, ano ainda afetado pela pandemia de COVID-19, quando houve apenas 3,7 milhões de viagens de lazer.

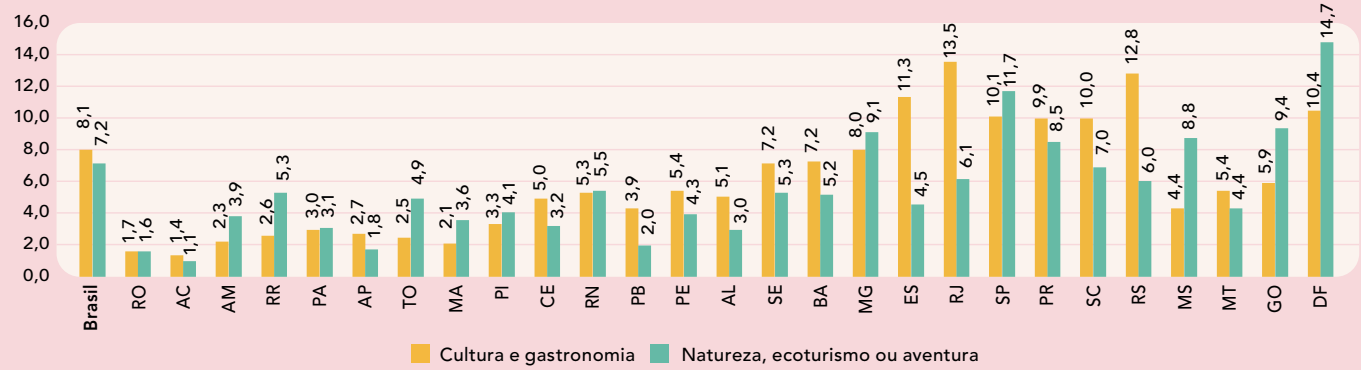
Ao detalhar as viagens de lazer do tipo cultura e gastronomia, e do tipo natureza, ecoturismo ou aventura, nota-se que estiveram mais concentradas nos 20% dos domicílios com os maiores rendimentos *per capita* em 2024. Esses domicílios concentraram 57,4% das viagens de lazer, 63,3% das viagens para cultura e gastronomia e 58,9% das viagens para natureza, ecoturismo ou aventura. No outro extremo da distribuição, os 20,0% de domicílios com menores rendimentos fizeram 9,7% das viagens de lazer, 10,3% das viagens para cultura e gastronomia e 9,4% das viagens para natureza, ecoturismo ou aventura.

Em 2024, houve cerca 8,1 viagens do tipo cultura e gastronomia por 1 000 habitantes no Brasil. As Unidades da Federação que se destacaram acima da média nacional foram Rio de Janeiro (13,5 por 1 000), Rio Grande do Sul (12,8) e Espírito Santo (11,3). Quanto a viagens do tipo natureza, ecoturismo ou aventura, foram 7,2 por 1 000 habitantes no Brasil em 2024. Unidades da Federação acima da média nacional incluíram Distrito Federal (14,7), São Paulo (11,7) e Goiás (9,4).

[15] Em 2019, a pesquisa foi a campo no terceiro trimestre, também captando as viagens ocorridas nos três meses anteriores à entrevista, contudo, nas edições posteriores, foram considerados os dados acumulados de segunda entrevista.

[16] Além dessas categorias, as viagens de lazer foram desagregadas em Sol e praia e Outros.

Viagens, por tipo, segundo as Unidades da Federação (1 000 hab)



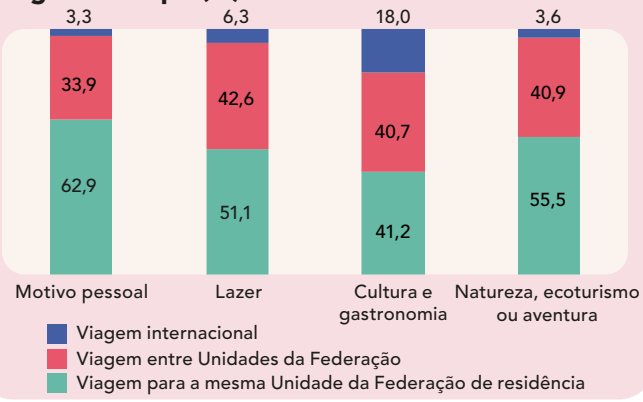
Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2024.
Nota: Acumulado de segundas visitas.

A avaliação do destino das viagens mostra maior proporção de viagens para cultura e gastronomia e para natureza, ecoturismo ou aventura rumo a outra Unidade da Federação em comparação com o total de viagens para motivo pessoal, cujo principal destino foi a própria Unidade da Federação de moradia (62,9% em 2024). Desponta também uma alta proporção de viagens internacionais para cultura e gastronomia, com 18,0%, contra apenas 3,3% para o total de viagens para motivo pessoal.

Outras características notáveis de viagens para cultura e gastronomia em comparação com o total de viagens para fins pessoais seguem: 87,8% das viagens tiveram pernoite, contra 76,4% para o total de viagens por motivo pessoal; 40,8% tiveram como principal local de hospedagem hotel, contra 14,7% para o total de viagens por motivo pessoal. Tanto para viagens para cultura e gastronomia (51,4%) quanto no total de viagens para fins pessoais (56,7%), carro ou motocicleta foi o principal meio de transporte, enquanto o uso de avião concerniu 33,9% das viagens para cultura e gastronomia contra 12,3% para o total de viagens por motivo pessoal. O mesmo detalhamento para viagens para natureza, ecoturismo ou aventura mostra maior proporção de pernoite (89,7%), hospedagem hotel ou flat (29,7%), mas também relativa alta proporção para pousada (17,0%), enquanto carro ou moto foi o principal meio de transporte (71,0%).

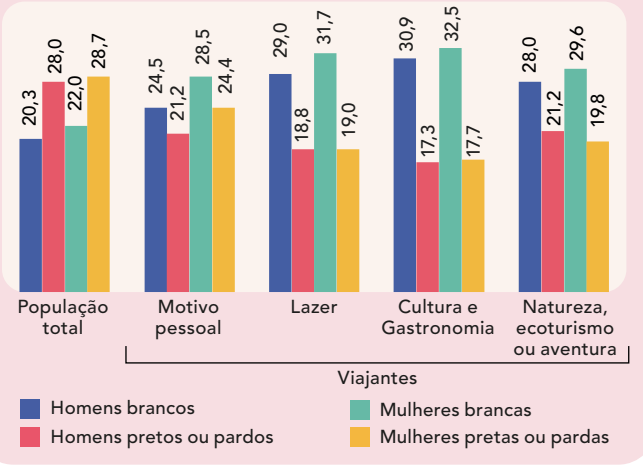
Em termos de perfil de viajantes em comparação com os totais populacionais, ao detalhar viagens por motivo pessoal, para lazer, para cultura e gastronomia, e para natureza, ecoturismo ou aventura, em todos esses casos, mulheres pretas ou pardas e homens pretos ou pardos realizaram proporcionalmente menos viagens do que homens brancos e mulheres brancas. A maior diferença se encontrou no grupo de mulheres pretas ou pardas, que representavam 28,7% da população em 2024, mas apenas 17,7% das viajantes para cultura e gastronomia, uma diferença de 11,0 p.p.. Outras desagregações do perfil populacional de viajantes mostraram diferenças marcadas quanto a grupos de idade, nível de instrução, tipos de arranjo domiciliar, situação de pobreza e situação no mercado de trabalho. Por exemplo, quanto a viagens para natureza, ecoturismo ou aventura, também em 2024, pessoas com 30 a 59 anos de idade foram 48,1% desses viajantes contra 41,9% da população, pessoas com ensino superior completo foram 35,5% desses viajantes contra 14,0% da população; pessoas em arranjos domiciliares de casal com filhos foram 57,6% desses viajantes contra 51,8% da população; pessoas abaixo da linha de pobreza de US$ 6,85 por dia foram 4,4% desses viajantes contra 24,3% da população; pessoas ocupadas foram 60,0% desses viajantes contra 47,4% da população.

Distribuição das viagens, por destino, segundo o tipo (%)



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2024.
Nota: Acumulado de segundas visitas.

Distribuição dos viajantes, por sexo e cor ou raça, segundo os tipos de viagem (%)



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2024.
Nota: Acumulado de segundas visitas.

SIIC 2013-2024

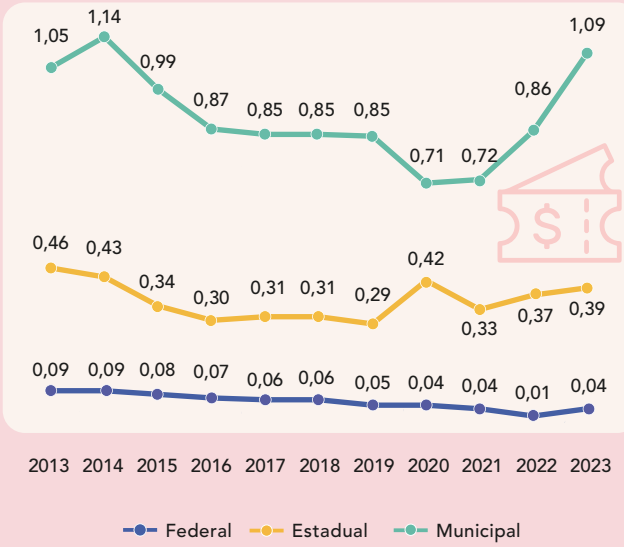
Gastos da administração pública

A apresentação dos resultados relativos aos gastos governamentais com a cultura tem como principal objetivo mostrar o padrão de alocação dessas despesas e se refere ao período de 2013 a 2023. São aqui apresentadas informações sobre despesas orçamentárias das três esferas de governo (federal, estadual e municipal) com a administração, operação e suporte dos órgãos e políticas encarregados pela difusão da cultura, preservação do patrimônio histórico e os de promoção das artes, além de dados relativos à renúncia de receita tributária com intuito de gerar recursos para promoção de atividades ligadas ao setor cultural.

O total de gastos públicos com cultura apresentou um aumento de 122,4% entre 2013 e 2023, passado de R$ 8,5 bilhões para R$ 18,9 bilhões[17]. No âmbito federal, as despesas em cultura diminuíram em termos absolutos de R$ 923,5 milhões em 2013 para R$ 856,1 milhões em 2023, uma redução de 7,3%. A esfera estadual teve aumento de 84,3% em valores absolutos no mesmo período (passando de R$ 3,1 bilhões em 2013 para R$ 5,7 bilhões em 2023). Já a esfera municipal teve o maior crescimento, com R$ 12,3 bilhões de total de gastos em valores absolutos, um aumento de 175,9% em comparação a 2013 (quando foi de R$ 4,5 bilhões). Apesar desse incremento, em termos de participação na despesa pública total, apenas o gasto municipal mostrou recuperação de patamares encontrados no início da série (de 1,05% da despesa em 2013 para 1,09% em 2023), com retração para a participação nos níveis estadual (de 0,46% para 0,39%) e federal (de 0,09% para 0,04%). No total das três esferas, a participação foi de 0,40% em 2013 para 0,38% em 2023.

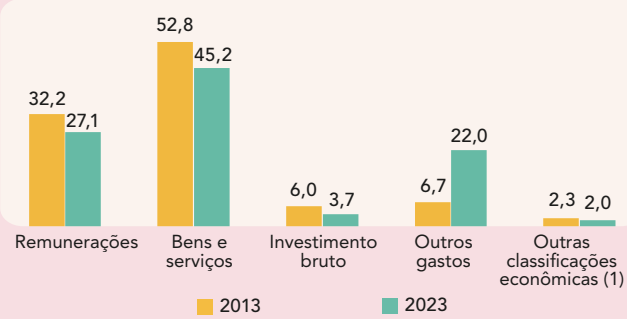
O cruzamento entre dados por classificação econômica e classificação funcional é uma das inovações apresentadas no relatório *Despesa por função do governo geral: resultados de 2023*, nova publicação[18] da Secretaria de Tesouro Nacional que serviu como fonte principal para o recorte de gastos públicos no setor cultural[19].Esses dados mostram que despesas com remunerações apresentaram queda na participação no período, passando de 32,2% do total em 2013 para 27,1% em 2023, mesmo comportamento observado nos gastos com bens e serviços (custeio), que passaram de 52,8% do total em 2013 para 45,2% em 2023. Investimento bruto, que inclui construções e aquisição de máquinas e equipamentos culturais, passou de 6,0% em 2013 para 3,7% em 2023. Por outro lado, a rubrica Outros gastos, que inclui parte dos auxílios concedidos ao setor no período pós-pandemia, passou de 6,7% em 2013 para 22,0% em 2023. Outras classificações econômicas (que incluem subsídios, transferências e benefícios sociais) totalizaram 2,0% em 2023 contra 2,3% em 2013.

Despesa em cultura como proporção do total, por esfera administrativa (%)



Fonte: BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. *Despesas por função do governo geral: resultados 2023*. Brasília, DF, fev. 2025. Disponível em: https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/cofog-despesas-por-funcao-do-governo-geral/2023/114. Acesso em: nov. 2025.

Classificação cruzada da classificação econômica e funcional da despesa com cultura (%)



Fonte: BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. *Despesas por função do governo geral: resultados 2023*. Brasília, DF, fev. 2025. Disponível em: https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/cofog-despesas-por-funcao-do-governo-geral/2023/114. Acesso em: nov. 2025.
(1) Incluem subsídios, transferências e benefícios sociais.

Outra inovação da publicação supracitada é a apresentação de dados de consolidação, que é o tratamento do governo geral como se fosse uma única unidade, com a eliminação dos fluxos de transferências entre seus entes, evitando desta forma a duplicidade de valores. A análise desses dados mostra que o ajuste de con-

[17] Como referência, entre janeiro de 2014 e dezembro de 2023, o IPCA teve crescimento de cerca de 109%.

[18] Para informações mais detalhadas, consultar o endereço: https://cdn.tesouro.gov.br/sistemas-internos/apex/producao/sistemas/thot/arquivos/publicacoes/51473_1617293/Relatorio%20COFOG%20GG%202023.pdf.

[19] Essa nova metodologia baseada na Classificação por Função de Governo (Classification of Functions of Government - COFOG), traz mudanças ante os dados apresentados nas edições anteriores e apresenta defasagem de dois anos, sendo então aqui trazida informação até 2023. Para informações mais detalhadas sobre o tema, consultar o endereço: https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/cofog-despesas-por-funcao-do-governo-geral/2023/114.

solidação, que respondia por apenas 1,6% do total gasto em cultura em 2013, passou a representar 34,7% em 2023, ano em que Estados e Municípios receberam grande parte dos recursos da esfera federal referentes às leis de auxílio ao setor no período pós-pandemia. Em 2020, quando o setor cultural ainda enfrentava as dificuldades impostas pela pandemia do novo coronavírus e quando foi assinada a Lei Aldir Blanc (Lei n. 14.399, de 08.07.2022), o fluxo de transferências entre as esferas alcançou 31,1% do total gasto em cultura.

Tais leis de auxílio ao setor - Lei Aldir Blanc e a Lei Paulo Gustavo (Lei Complementar n. 195, de 08.07.2022) - foram fundamentais no aumento do total de gastos públicos em anos recentes na função cultura. Dados do *Boletim de monitoramento*[20],da Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura, mostram que governos estaduais e municipais receberam R$ 3,0 bilhões em recursos da Lei Aldir Blanc no ano de 2023. Deste total, mais de R$ 1,1 bilhão foi direcionado para Estados e Municípios da Região Sudeste. Já o Painel de Dados da Lei Paulo Gustavo[21],disponibilizado pelo Ministério da Cultura em sua página oficial, na Internet, mostra que R$ 3,9 bilhões foram repassados a Estados e Municípios em julho e agosto de 2023, também com predominância da Região Sudeste.

Uma análise mais detalhada nos Municípios, esfera que possui o maior peso nos gastos públicos em cultura, mostra que, apesar da perda de participação no período, a Sudeste ainda é a Região mais relevante, passando de R$ 2,3 bilhões em 2013 (51,9% do total) para R$ 5,5 bilhões em 2023 (44,7% do total). O destaque fica por conta dos Municípios de São Paulo, com 23,9% do total, e de Minas Gerais, com 13,6%. A Região Nordeste ganhou participação no período, passando de 27,0% em 2013 para 31,8% em 2023, um aumento de 225,3% em valores absolutos no período (de R$ 1,2 bilhão para R$ 3,9 bilhões). Municípios da Bahia, que saltaram de 5,9% de participação em 2013 para 8,2% em 2023, foram importantes para esse resultado. Já a Centro-Oeste foi a Região que obteve menor participação dos gastos municipais, com apenas 5,3% em 2023. Por outro lado, foi a Região com o maior aumento percentual em valores absolutos no período, com 310,3%.

No que diz respeito à renúncia fiscal do governo para incentivo à cultura via Programa Nacional de Apoio à Cultura - Pronac, em 2013, o valor renunciado pelo governo foi de R$ 1,1 bilhão e o valor captado por produtores culturais foi de R$ 1,3 bilhão. O investimento privado (quando empresas repassam recursos ao setor além do valor renunciado) foi de R$ 182,6 milhões, respondendo por 14,5% do total. Já em 2023, a renúncia fiscal foi de R$ 2,5 bilhões, mas o valor captado para o setor foi de apenas R$ 2,3 bilhões. Desse total, R$ 901,2 milhões foram direcionados a 1 374 projetos culturais no Estado de São Paulo. No total nacional, foram 4 579 projetos culturais aprovados em 2023 contra 3 493 em 2013.

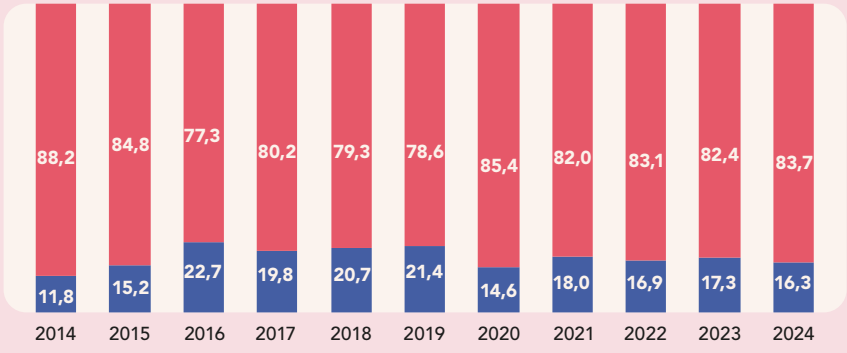
Comércio exterior de bens e serviços culturais

O estudo de comércio exterior de bens e serviços culturais se justifica pelo impacto econômico que podem ter, com possibilidade de orientar políticas direcionadas a essa área, além de representar potencial de incremento na fruição cultural pelas pessoas e mesmo ter efeitos na cooperação internacional. Inicialmente detalhamos a importação e a exportação de bens culturais no período 2014-2024, a partir de dados disponibilizados pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços.

A escolha de produtos feita aqui, sob a Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM, foi direcionada pelo arcabouço da Unesco, orientada pela avaliação de estudos anteriores disponíveis no Brasil e em outros países, bem como levou em conta a perspectiva do consumo das famílias. Alguns capítulos da NCM foram selecionados totalmente, como os relacionados a fotografia e cinematografia, livros e outros produtos gráficos, instrumentos musicais e objetos de arte, de coleção e antiguidades. Outros foram objeto de seleções parciais, como por exemplo, alguns bens de decoração alocados em capítulos relativos a plástico ou madeira.

Em 2024, os bens culturais exportados somaram cerca de R$ 4,0 bilhões e os importados, R$ 20,8 bilhões. Pensando em uma balança comercial de bens culturais, em 2024 exportações representaram 16,3% e importações, 83,7% do total gasto. Essa situação deficitária foi encontrada em toda a série estudada (com menor participação de exportações em 2014, 11,8% e maior em 2016, com 22,7%).

Proporção de exportações e importações de bens culturais (%)



Fonte: BRASIL. Secretaria de Comércio Exterior. Estatísticas. *Comex Stat: sistema para extração de relatórios personalizados sobre os dados do comércio exterior brasileiro*. Brasília, DF, [2014-2024]. Disponível em: http://comexstat.mdic.gov.br. Acesso em: nov. 2025.

[20] Para informações mais detalhadas sobre o tema, consultar o endereço: https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/politica-nacional-aldir-blanc/politica-nacional-aldir-blanc/boletins/BoletimdeMonitoramentoAldirBlancFev25ATUALIZADO.pdf.

[21] Para informações mais detalhadas sobre o tema, consultar o endereço: https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/lei-paulo-gustavo/acesso-a-informacao/painel-de-dados.

SIIC 2013-2024

A proporção de bens culturais importados em relação ao total importado se mostrou superior à mesma proporção entre os produtos exportados no período estudado. Produtos importados em relação ao total importado foi de 1,76% em 2014, atingiu o seu valor mais baixo em 2021 (1,21%), e, a partir desse ano, a proporção aumentou gradativamente até alcançar 1,46% em 2024. Já a proporção de produtos exportados em relação ao total exportado iniciou a série com 0,25%, enquanto o valor mais alto observado nesta série ocorreu em 2016 (0,37%) e o mais baixo, em 2020 (0,18%). Após esse ano, houve um leve aumento, atingindo 0,22% em 2024.

Quanto a produtos importados em 2024, cerca de 1/3 do valor absoluto (35,1%) esteve ligado a aparelhos eletrônicos, com maiores participações para microfones, alto-falantes e *smartphones*. Outros produtos relevantes foram máquinas de impressão (25,5%) e brinquedos, jogos e artigos para divertimento (16,3%). Em relação aos produtos exportados, sobressaíram objetos de arte, de coleção e antiguidades, com 37,7% do total. Em segundo lugar, apareceram produtos eletrônicos, com 20,7%, e em terceiro, livros e outros produtos gráficos, com 11,9%.

Em relação a países de onde o Brasil importou e para quem exportou, sobressaíram como destino das exportações brasileiras de bens culturais, em 2024, os Estados Unidos (31,7%) e a Argentina (9,1%). Os outros países que estiveram incluídos nesta lista foram na sua grande maioria europeus ou latino-americanos. Em relação à origem das importações brasileiras, a preponderância da China foi marcante, respondendo por 55,6% do total das importações dos bens de domínios culturais em 2024, ou seja, um resultado maior do que a soma de todos os outros países juntos. Os Estados Unidos (6,3%) e a Alemanha (5,0%) seguiram em importância.

Na comparação com 2014, na importação, a China ganha importância (de 41,4% para 55,6%) e Estados Unidos perdem (de 11,6% para 6,3%). Quanto a exportações, nesse mesmo período, o Brasil aumenta a dependência do mercado estadunidense (de 21,5% para 31,7%), enquanto a Argentina (de 12,8% para 9,1%) e o México (8,1% para 4,9%) perdem, cabendo dizer que a China teve participação de cerca de 1% para exportações de bens culturais em todo o período.

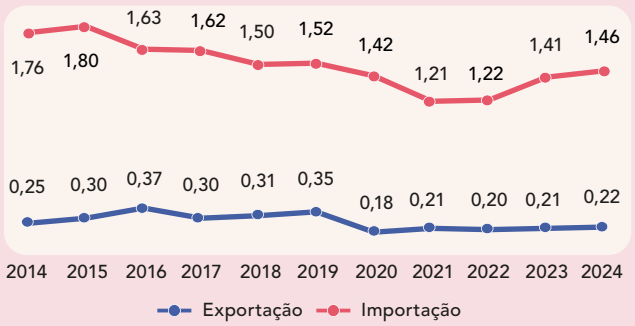
Em relação a serviços culturais, foi possível estudar por meio do balanço de pagamentos, contabilizado pelo Banco Central do Brasil - BCB, o subitem serviços audiovisuais e relacionados. Esses serviços contabilizaram cerca de R$ 2,8 bilhões em exportações (receitas) e em também cerca de R$ 2,8 bilhões importações (despesas) em 2024, um equilíbrio. A relação entre importações e exportações se mostrou superavitária entre 2016 e 2023, com exceção de 2018 e maior participação de exportações em 2016 (84,4% de receitas ante 15,6% para despesas).

Na comparação da proporção de exportações (receitas) e importações (despesas) em comparação com o total de serviços, observa-se que, diferentemente de bens, há maior representatividade de serviços audiovisuais e relacionados nas exportações do que nas importações.

A proporção das importações caiu consideravelmente nos primeiros anos da série, de 1,32% em 2014 a 0,10% em 2016 (período no qual se verificou uma forte variação negativa do Produto Interno Bruto - PIB no Brasil), voltando a subir nos últimos anos alcançando 0,50%, em 2024.

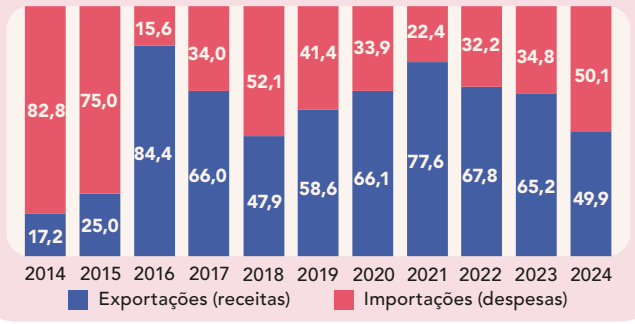
No caso da proporção das exportações, verifica-se uma oscilação nos anos iniciais, com crescimento de 2017 a 2022, de 0,44% a 1,38%, seguido de recuo, atingindo 1,07%, em 2024.

Comércio exterior de bens culturais em relação ao total (%)



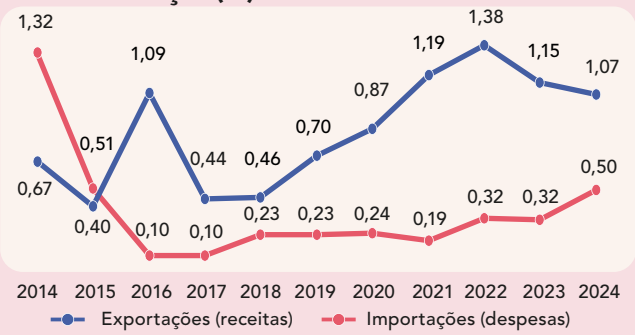
Fonte: BRASIL. Secretaria de Comércio Exterior. Estatísticas. *Comex Stat: sistema para extração de relatórios personalizados sobre os dados do comércio exterior brasileiro*. Brasília, DF, [2014-2024]. Disponível em: http://comexstat.mdic.gov.br. Acesso em: nov. 2025.

Proporção de exportações e importações do subitem Serviços audiovisuais e relacionados (%)



Fonte: ESTATÍSTICAS do setor externo. Balanço de pagamentos-BPM6. Transações correntes. Balança comercial (bens) e serviços. Serviços. *In*: BANCO CENTRAL DO BRASIL. SGS: sistema gerenciador de séries temporais. V2.1. Brasília, DF, [2014-2024]. Disponível em: https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries. Acesso em: nov. 2025.

Proporção de receitas e despesas do subitem Serviços audiovisuais e relacionados em relação ao total de serviços (%)



Fonte: ESTATÍSTICAS do setor externo. Balanço de pagamentos-BPM6. Transações correntes. Balança comercial (bens) e serviços. Serviços. *In*: BANCO CENTRAL DO BRASIL. SGS: sistema gerenciador de séries temporais. V2.1. Brasília, DF, [2014-2024]. Disponível em: https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries. Acesso em: nov. 2025.

Censo Demográfico 2022 (ocupação e educação)

O Censo Demográfico coletado pelo IBGE, em princípio a cada 10 anos, é a principal fonte de dados para informação municipal no Brasil. Ele traz informações relevantes para os estudos da cultura, investigando no Questionário da Amostra dados sobre ocupação[22] e formação superior, o que se explora a seguir.

Em relação à ocupação cultural é possível fazer um recorte similar ao feito com a PNAD Contínua, com algumas adaptações e filtros para evitar estimativas com dados muito rarefeitos no nível dos Municípios. No País, em 2022, o setor cultural representava 5,7% dos ocupados de 14 anos ou mais de idade, com variabilidade no território. Destacam-se, para além das capitais, polos em diversas localidades do Ceará, no Agreste de Pernambuco, no Centro Goiano em Goiás, no Vale do Itajaí em Santa Catarina, entre outras localidades. Com dados do Censo Demográfico também é possível observar as principais ocupações e atividades encontradas no nível municipal, o que dá pistas sobre a especialização econômica local. Para além das atividades e ocupações mais numerosas do setor cultural, ligadas à indústria da confecção/moda e indústria moveleira, por exemplo, em Parintins (Amazonas), artistas plásticos apareceram como a terceira principal ocupação no setor cultural; em Altamira (Pará), a primeira atividade era Telecomunicações; em Quixeramobim (Ceará), a principal atividade e a principal ocupação eram Fabricação de calçados e sapateiros, respectivamente; e em Joinville (Santa Catarina), Publicidade apareceu como primeira atividade, seguida da Fabricação de móveis.

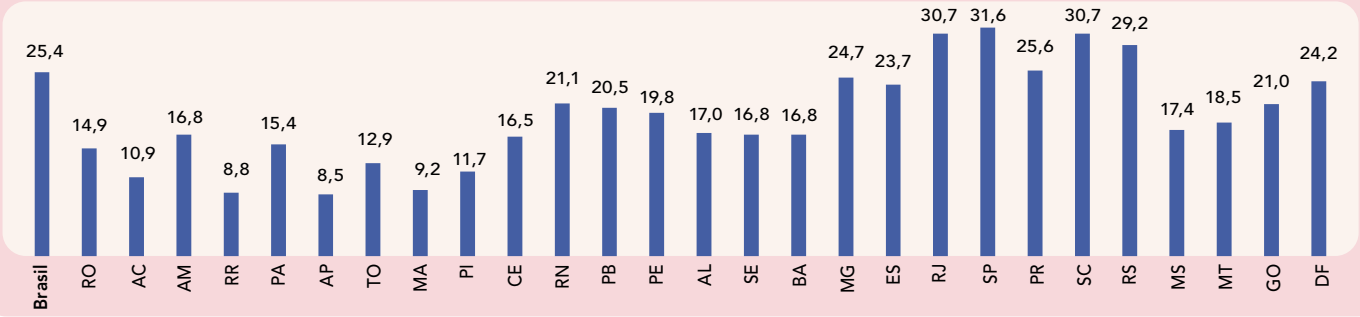
Sobre educação superior, o Censo Demográfico 2022 investigou o curso de graduação concluído[23] pelas pessoas e foi possível identificar áreas de formação relacionadas à cultura, o perfil das pessoas com tal formação e observar a relação com o setor cultural (quer dizer, em ocupações e/ou atividades culturais).

O recorte de áreas de formação superior ligadas à cultura é heterogêneo, incluindo Artes, Humanidades, Arquitetura, Tecnologia da Informação entre outras, o que traz perfis diferenciados por sexo. Nesse recorte, as mulheres de 25 anos ou mais de idade tiveram a maior concentração em cursos de Letras (82,9%) e menor em Infraestrutura e gestão de TIC (16,5%).

Essas formações ligadas à cultura concerniram cerca de 2,7 milhões de pessoas de 25 anos ou mais de idade. Representaram 10,9% dos cursos de graduação concluídos em 2022 nesse mesmo grupo de idade. Já as maiores proporções foram encontradas para mulheres (11,7%) ante homens (9,9%), pessoas de cor ou raça indígena (14,9%) e preta (12,0%), ante branca (11,1%), amarela (10,5%) e parda (10,4%). Também foram vistas de forma mais recorrente em pessoas a partir de 50 anos de idade (13,4%).

Em 2022, eram cerca de 2,0 milhões de pessoas ocupadas de 25 anos ou mais de idade com áreas de formação de curso de graduação relacionadas à cultura. Ter um diploma de graduação na área de cultura não garante, porém, uma ocupação no mesmo ramo, pois, destas, 25,4% estavam no setor cultural e 74,6%, fora. Maiores valores de ocupação no setor cultural foram encontrados para pessoas de cor ou raça amarela (33,9%), cor ou raça branca (29,5%), homens de 25 a 39 anos (31,3%) e mulheres de 25 a 39 anos (34,4%). Regionalmente, maiores proporções foram encontradas em São Paulo (31,6%), Rio de Janeiro (30,7%) e Santa Catarina (30,7%), e menores proporções, no Amapá (8,5%), Roraima (8,8%) e Maranhão (9,2%). ■

Pessoas de 25 anos de idade ou mais, com graduação concluída em áreas de formação relacionadas à cultura, ocupadas no setor cultural (%)



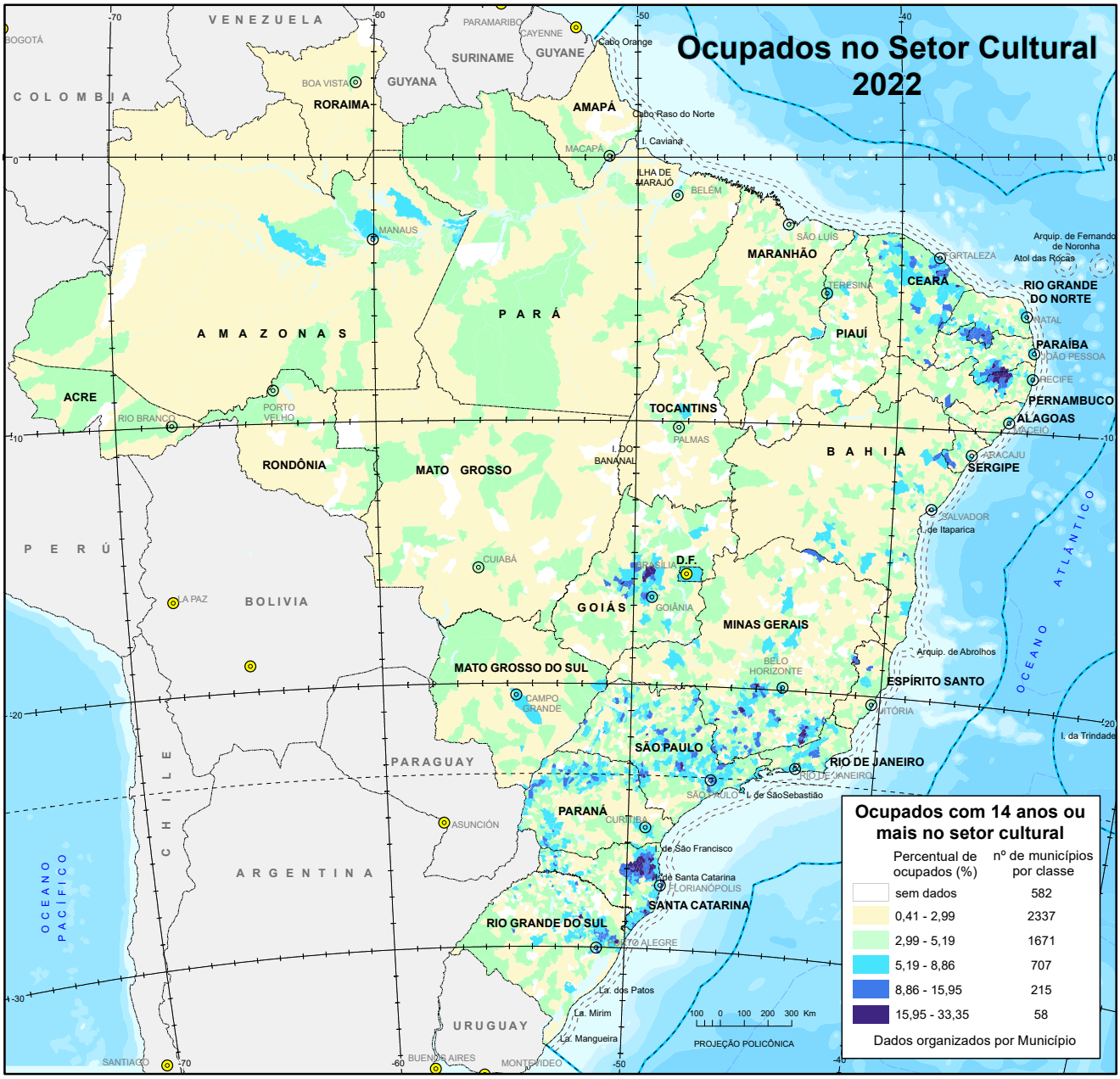
Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2022.
Nota: resultados preliminares da amostra, estimados a partir de Áreas de Ponderação preliminares.

[22] Mesmo sendo o Censo Demográfico uma abordagem domiciliar, como a PNAD Contínua, há diferenças na metodologia e na captação, o que indica evitar comparações diretas. Para informações mais detalhadas sobre esse tema, consultar: IBGE. [Censo Demográfico]. Sobre as limitações na comparação dos resultados do Censo Demográfico 2022 e da PNAD Contínua: trabalho e rendimentos: resultados da amostra. Rio de Janeiro, maio, 2024, 16 p. Notas metodológicas, n. 03/2024. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2102215 . Acesso em: nov. 2025.

[23] O Censo Demográfico 2022 coletou apenas um curso de graduação por pessoa com nível superior completo..

SIIC 2013-2024

Pessoas de 14 anos de idade ou mais, ocupadas no setor cultural, por Municípios



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2022.

Notas: 1. Resultados preliminares da amostra, estimados a partir de Áreas de Ponderação preliminares.

2. A categoria sem dados inclui Municípios com menos de 20 ocupados no setor cultural ou coeficiente de variação maior ou igual a 50%, sendo os valores omitidos porque não atendem aos padrões de qualidade do IBGE, e as conclusões baseadas nesses resultados são potencialmente enganosas e não confiáveis.

Expediente

Elaboração do texto
Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais

Normalização textual
Centro de Documentação e Disseminação de Informações, Gerência de Sistematização de Conteúdos Informacionais

Projeto gráfico
Centro de Documentação e Disseminação de Informações, Gerência de Editoração

Imagens fotográficas
Agência Brasil / EBC

Impressão
Centro de Documentação e Disseminação de Informações, Gráfica Digital

Se o assunto é **Brasil**, procure o **IBGE**.

/ibgeoficial /ibgeoficial /@ibgeoficial IBGE Oficial
/ibgeoficial /ibgecomunica /ibgeoficial.bsky.social

www.ibge.gov.br 0800 721 8181

Saiba mais sobre a pesquisa.